



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS PROCURADORIA-GERAL

diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte c/c art. 47, parágrafo único da Lei Complementar 123/2006:

Art. 47. Omissis

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

11. Portanto, resta claro e cristalino que a pretensão do impugnante não merecer prosperar, uma vez que, há nos autos a informação e /ou declaração de que não há fornecedores competitivos enquadrados como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, motivo pelo qual destinou o certame à ampla concorrência.

12. Logo, a respeito deste ato administrativo, que consiste em informar da não existência de fornecedores (mínimo 3) é dotado de presunção de veracidade, senão vejamos o ensinamento do saudoso Mestre Ely Lopes Meireles:

"os atos administrativos são revestidos de alguns atributos, dentre os quais destaco, "presunção de veracidade", "autoexecutoriedade" e "coercibilidade". Afirmar, que o agente público, em sua acepção genérica, atuando estritamente em função de seu cargo, estará amparado pelas normas que regem sua atividade pública, em outras palavras, os atos de um agente público, quando de natureza administrativa, gozam dos prefalados atributos, inclusive, "presunção de veracidade", ou fé pública".

13. Desta feita, torna descabida a alegação de que tal informação não é verdadeira, pois prevalece, sempre, aquilo que nelas se achar atestado, até que se produza prova idônea e inequívoca em sentido contrário (AG. REG. EM AG. DE INST. CRIMINAL- AGCRA-375124 / MG, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, j.: Segunda Turma).